

De Bissau a Balibó

Talvez não seja o melhor título possível para esta crónica, pois nem todos os atlas mostram a localização de Balibó. Digamos, para poupar tempo, que é uma aldeia perto da fronteira de Timor Leste onde, em Outubro de 1975, cinco jornalistas de língua inglesa foram massacrados pelo exército indonésio, o que não foi o melhor meio para iniciar com suavidade uma «libertação» num território vizinho.

A princípio, pensámos adoptar como título «Batinas e batalhas», já que deparámos — acaso ou não da bibliografia do dia a dia — com um número pouco habitual de textos de missionários e de militares. Fenómeno normal à medida que a necessidade de recordar, de se justificar ou de restabelecer os factos se vai impondo aos seus autores. Sabendo-se que em França — e noutros países também — ainda na década de 80 se publicavam com assinalável frequência livros inspirados pela grande guerra de 1914-1918, Portugal pode contar que até aos anos 2030 e mesmo mais além terá uma colecção de romances, relatos, diatribes, análises, etc., gerados pela guerra colonial de 1961-1974. Vamos, pois, registar aqui muitos livros relacionados com a evangelização e a guerra, dois dos pilares da maioria das colonizações, inclusive da portuguesa.

Mas, se escolhermos como título o que figura à cabeça deste artigo, foi porque incluímos nesta selecção publicações que nada devem ao sabre nem ao hissope. Nesta categoria, cremos que o mais importante é *Os Sons do Silêncio*¹, de João Pedro Marques, tese de doutoramento que aborda de forma científica um terreno em que os autores portugueses brilhavam pela timidez até uma época recente: a abolição do tráfico negreiro no começo do século XIX e até meio da década de 1860. Não dispomos da competência

¹ João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1999, 509 páginas, índice.

necessária para contestar ou aprovar em pormenor os argumentos do autor. Basta dizer que se apoia não apenas nos arquivos, como é normal, mas também numa leitura atenta dos relatos dos debates parlamentares assim como da imprensa informativa e de opinião. As suas conclusões evidenciam que mesmo a opinião pública metropolitana da década de 1830 era, em geral, hostil à supressão do tráfico. Escusado será dizer que os «colonizadores» (e os seus vendedores de escravos), pela sua parte, eram ferozmente contrários às tendências abolicionistas encarnadas por um Sá da Bandeira. Para que outro fim podiam servir as feitorias africanas e as reduzidas zonas obedientes às autoridades portuguesas, também elas tradicionalmente interessadas, do ponto de vista financeiro, na perpetuação do tráfico de escravos? É saudável que historiadores portugueses sérios abordem, finalmente, o problema sem ideias feitas, sem sentimentos de culpabilidade, sem falsos pudores nem essas reacções de patriotismo pervertido que durante séculos envenenaram a historiografia colonial portuguesa. Todos serão esclavagistas se tiverem oportunidade para isso e disso tirarem lucro. Mesmo os Suíços, mesmo os ciganos, se envolveram nessa prática. Dito isto, este trabalho, que não é de acesso fácil para o grande público, constitui uma pedra angular para a história de Portugal, assim como para a de Angola e do Brasil (o insaciável instrutor) e, de modo mais secundário, para Moçambique e a Guiné. Louvamos o autor pela sua visão internacional do problema e pela sua bibliografia. Gostaríamos que alguns mapas tivessem acompanhado o trabalho porque nem todos sabem onde fica o cabo Ledo, mas os anexos são úteis. O livro é bom, porque é equilibrado e sem os venenos ideológicos dos anos 1970-1980 que poluíram numerosos escritos da época, do que hoje os seus autores talvez estejam arrependidos. Embora nas universidades se prefira, em geral, acentuar os erros dos outros a olhar-se ao espelho. O capítulo mais útil para o profano parece ser o último. Um trabalho que se situa a anos-luz de alguns títulos portugueses sobre o assunto publicados antes de 1975.

Ficamos longe da guerra com o estudo de Andrea E. Ostheimer², que inclui os PALOP na *Third Wave of Democratization*, de Samuel P. Huntington, no fim dos anos 80? Em Cabo Verde e São Tomé, sem dúvida. Mas não nos outros três. A autora descreve e analisa a viragem para o multipartidarismo. Vê semelhanças entre a situação política nos dois primeiros países, enquanto na Guiné a democratização parece seguir, em sua opinião, os modelos preferidos na África ocidental francófona e anglófona. A sua opinião acerca de Moçambique é bastante mais optimista do que em relação a Angola. Apresenta os números detalhados das eleições nos cinco países e a sua síntese apoia-se numa bibliografia notável.

² Andrea E. Ostheimer, *Demokratisierungsprozesse in den lusophonen Staaten Afrikas*, Hamburgo, Institut für Afrika-Kunde, 1999, VIII-153 páginas, mapas, quadros.

Em cheio nos conflitos situa-se a análise do brigadeiro Sérgio Bacelar, *A Guerra em África*³, que se apresenta como uma síntese destinada aos oficiais que a fizeram entre 1961 e 1974 e, provavelmente, aos seus jovens sucessores que escolheram a carreira das armas depois de 1975. Se bem compreendemos, o autor pretende mostrar que o exército se desempenhou bem da missão impossível que lhe fora confiada pelo poder político. A forma adoptada é a de um curso para uma escola de oficiais do estado-maior (organigramas dos comandos na metrópole e no ultramar, gráficos, numerosos quadros de efectivos, etc.). Tudo isto é útil, mas a bibliografia é realmente sumária, não registando sequer os livros em inglês que tomam a defesa da sua tese e menos ainda os que estudaram em pormenor as operações militares portuguesas na Guiné, em Moçambique e em Angola (cf., entre outros, René Pélissier, *La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, Éditions Pélissier, 1978, 727 páginas, 15 mapas, nomeadamente as pp. 363-663). Curioso. Ou será que estes livros são de facto desconhecidos em todas as bibliotecas militares portuguesas? O valor deste texto — que gostaríamos de poder ter lido há trinta anos — provém essencialmente das numerosas estatísticas oficiais (cuja difusão era proibida, naturalmente, quando estudámos a situação militar em Angola). O autor felicita-se pela progressão na utilização de soldados locais (africanos no essencial). Cremos, pela nossa parte, que foi muito inferior ao que deveria ter sido. Afinal, a utilização dos recursos locais em homens tinha sido o principal trunfo dos oficiais da conquista de Moçambique (excepto com Mouzinho de Albuquerque e os seus émulo), em Angola (excepto no Sul) e sobretudo na Guiné e em Timor. Quanto ao essencial do restante da obra, estamos de acordo com o autor. A guerra de 1961-1974 foi o apogeu histórico da organização militar portuguesa, a qual conseguiu o máximo com um mínimo de meios. Mas nas guerras subversivas ou de libertação não é isso o essencial: quem ganha é sempre o mais paciente. E uma parte dos oficiais já tinha ultrapassado largamente o limite da lendária paciência do soldado português. Na Guiné e em Moçambique, pelo menos, visto que em Angola a situação estava colmatada devido à divisão e à ineficácia operacional relativa dos nacionalistas. Este livro é uma defesa da corporação dos oficiais, o que nos parece legítimo da parte de um general no activo (engenharia). Mas em que fica o simples soldado em tudo isto? Redige as suas memórias e os historiadores utilizá-las-ão com o mesmo proveito que as estatísticas oficiais. Tudo é necessário para escrever a história. Mesmo os missionários. E sobretudo quando não estão directamente ligados aos poderes políticos.

³ Sérgio Augusto Margarido Lima Bacelar, *A Guerra em África (1961-1974). Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*, Porto, Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto e Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2000, 208 páginas, mapas, quadros.

*Tekenen van hoop*⁴ recorda-nos o papel eminente dos missionários holandeses, tanto antes como depois da independência, tanto em Angola e Moçambique como entre os refugiados destes dois países. Só quanto a Moçambique, as listas que fornece dão 106 nomes (na maioria padres de Montfort, do Sacré-Coeur e do Santo Sacramento, embora se tenha ouvido falar sobretudo dos Padres Brancos). Para Angola, 75 espiritanos, entre outros. O texto é apresentado como uma série de relatos de missionários no seu posto ou evacuados, vivos ou abatidos por homens armados, etc., tudo isto acrescentado com cartas de bispos pregando a paz. Fala-se de esperanças. Algumas ainda longínquas em Angola. Muito diferente é o grosso volume intitulado *PIME. 150 anni di missione*⁵, que é um esforço considerável para narrar a história do Pontificio Istituto Missioni Estere em todo o mundo. Do Japão à Amazónia, a obra é gigantesca e o autor explorou arquivos e publicações de uma variedade impressionante. Citamo-lo pelas cerca de 50 páginas (pp. 712-766) que dedica à Guiné, de 1947 a 1999 (guerra civil e papel de mediador desempenhado pelo bispo Settimio Ferrazzetta, morto nessa missão). Acentua as tensões com as autoridades civis e religiosas portuguesas desde o início, que levaram o PIME a quase se retirar em 1949. Únicos, ou quase, missionários estrangeiros na Guiné, os italianos eram vigiados e olhados com suspeição. Fica a saber-se muito sobre as mentalidades respectivas dos dois povos neste livro, mas é no seguinte que é relatada toda a história da perseguição e progresso do PIME na Guiné (depois da independência).

*Missione Bissau*⁶, do mesmo autor, é, provavelmente, o livro mais minucioso até agora publicado sobre uma missão católica estrangeira num dos cinco. É certo que a Guiné assume para os italianos um aspecto particular, já que desde 1947 os enviados do PIME aí obtiveram (com os franciscanos portugueses) uma quase exclusividade da evangelização. O livro acompanha minuciosamente o progresso da sua missão, apoiado nos diários privados e na correspondência recolhida pela secção histórica do PIME (uma iniciativa excelente que deveria ser imitada por todas as outras congregações missionárias). De 1947 a 1997, mais de 70 italianos tentaram, pois, converter povos bastante rebeldes à cristianização. Diz o autor que foram muito mais eficazes do que os portugueses, pouco apreciados pelos seus colegas. Acompanhamos divertidos esta microguerra interna entre católicos num país onde

⁴ Jan Brock, *Tekenen van hoop. Missionarissen in Angola en Moçambique*, Haia, Central Missie Commissariaat, 1988, 126 páginas, fotos a preto e branco.

⁵ Piero Gheddo, *PIME. 150 anni di missione (1850-2000)*, Bolonha, Editrice Missionaria Italiana, 2000, 1229 páginas, mapas, dois índices.

⁶ Piero Gheddo, *Missione Bissau. I 50 anni del PIME in Guinea-Bissau (1947-1997)*, Bolonha, Editrice Missionaria Italiana, 1999, 459 páginas, fotos a preto e branco, dois índices.

o islão progride mais rapidamente do que eles no seio dos animistas. Destaque para os capítulos sobre o «sistema português», a guerra de libertação, as dificuldades com o PAIGC no período marxizante (Luís Cabral), a flexibilização das relações no período de Nino Vieira, o auxílio estrangeiro (sueco) e sobretudo o referente à guerra civil (pp. 409-425) até Março de 1999. Este livro é útil para travar conhecimento com os Felupes, os Balantas e os Bijagós.

Numa outra categoria, assinalemos dois relatórios⁷ do Fundo Monetário Internacional que permitem ver a amplitude da catástrofe económica e dos erros de gestão de um país ultrapobre que os seus governantes exploram em seu proveito sem vergonha. Com os resultados que se conhecem para a paz civil e o nível de vida da esmagadora maioria da população.

Passemos em seguida a Angola. Em primeiro lugar, tal como é vista pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, o qual, historicamente, tem de procurar as suas referências na literatura de língua inglesa, dada a prática inexistência de relações entre Copenhaga e esta parte da África. Isto não impede que a Dinamarca diga, com *Landestrategi for Angola* e *Evaluation of Danish Humanitarian Assistance to Angola (1992-1998)*⁸, o que tem feito por este país. A primeira brochura expõe em algumas páginas as diferentes formas de assistência concedida a Luanda, indo a prioridade para a ajuda humanitária, a democratização, os direitos do homem e as finanças públicas, quer de forma directa, quer pela via das organizações não governamentais. A segunda brochura, mais recente, testemunha uma prática que deveria ser seguida por todos os países doadores: submeter o auxílio concedido pela agência de ajuda governamental (DANIDA) à avaliação de um organismo independente — e por vezes estrangeiro. Verifica-se que, no conjunto da assistência humanitária internacional recebida por Angola entre 1992 e 1998, inclusive, ou seja, 1290 milhões de dólares, a DANIDA forneceu 26,5 milhões, ou seja, 2,1%. É melhor do que nada, mas o interesse da Dinamarca por Angola permanece limitado na grande imprensa (23 artigos sobre Angola em 1998 nos três principais diários de Copenhaga). Acrescentemos, como bibliógrafo, que não conhecemos nenhum livro dinamarquês (no original) sobre Angola escrito por um viajante, caçador, marinheiro, cooperante, diplomata ou romancista, embora encontremos alguns em norueguês e em sueco e mais ainda em holandês. Como prova, *Weemoed*

⁷ Colectivos de autores, *Guinea-Bissau: Recent Economic Developments. December 1995*, 45 páginas, e *Guinea-Bissau. Recent Economic Developments. April 1998*, 84 páginas, International Monetary Fund, Washington, D. C.

⁸ Colectivos de autores, *Landestrategi for Angola*, Copenhaga, Udenrigsministeriet, DANIDA, 1996, 30 páginas, e *Evaluation of Danish Humanitarian Assistance to Angola (1992-1998)*, Copenhaga, Ministry of Foreign Affairs, DANIDA, 1999, 110 páginas.

*en verlangen*⁹, de F. Springer, que contém (pp. 135-299) o seu romance, *Quissama*, o qual se desenrola em Luanda sob o governo do MPLA e no parque natural próximo da capital. É a obra de um diplomata colocado em Luanda, mas a ficção não recorre ao estilo diplomático. Descreve a decadência de uma cidade, de um povo e do seu herói. Tristes trópicos em guerra em que vêm à tona expatriados libidinosos. Estamos longe da propaganda do género «herói do trabalho» ou «a luta continua».

Não sabemos se devemos felicitar-nos pela eficácia das organizações não governamentais nos países subdesenvolvidos ou se devemos lamentar a malignidade da natureza humana, que torna necessária a sua presença nesses simulacros de países independentes, na realidade países mendigos. O certo é que há décadas que existem dezenas (ou centenas?) de milhares de idealistas (ou de carreiristas) apostados em acudir a estes «paraísos cruéis». *Een wreed paradijs*¹⁰ é o diário de bordo de uma canadiana que trabalha para os Médicos sem Fronteiras e para Merlin. Saltando da Libéria para a Bósnia, do Burundi para o Zaire, chega a Angola (Dezembro de 1996-Janeiro de 1997), onde se desloca de carro de Luanda para Quibala, voa depois para a Savimbilândia, para o Andulo, onde inspecciona as miseráveis clínicas e hospitais da UNITA. Não tem grande opinião de Luanda e dos seus «mafiosos» (p. 220). Ao todo, dez páginas sobre Angola entre duas guerras.

Muito mais importante é o romance de um diplomata brasileiro que estava colocado em Luanda durante os horrores de 1992. *Meu Brasil Angolano*¹¹, de Raul de Taunay, tem o mérito de ser escrito por um autor lúcido quanto à vida e à vacuidade dos diplomatas, em particular, e dos homens, em geral, sejam eles expatriados ou locais. Estranhamente, e apesar de falar do MPLA e da UNITA, dá pseudónimos a Eduardo dos Santos e a Savimbi. Para acautelar o seu futuro profissional quando, por sua vez, for nomeado embaixador em Luanda? Seja como for, fica a saber-se muito sobre as engrenagens de uma embaixada brasileira num PALOP, sobre o hotel Trópico, nas mãos da UNITA, as aspirações das mulatas, os soldados do MPLA, os funcionários de Savimbi, a evacuação dos brasileiros, os combates de rua, «o cheiro podre da guerra». Uma embaixada em pleno Estalinegrado. Um valor documental indesmentível para o historiador.

*Soundings*¹², revista britânica, celebra a subida ao poder de Kabila no Congo e lamenta o desaparecimento das esperanças revolucionárias em

⁹ F. Springer, *Weemoed en verlangen. Bougainville, Quissama, Bandoeng-Bandung*, Amsterdão, Em. Querido's Uitgeverij BV, 1998, 422 páginas.

¹⁰ Leanne Olson, *Een wreed paradijs. Dagboek van een internationaal hulpverlenster*, Baarn (Holanda), De Kern, 2000, 256 páginas.

¹¹ Raul de Taunay, *Meu Brasil Angolano. A História de Uma Guerra Que o Mundo não Vê*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1995, 220 páginas.

¹² *Soundings*, n.º 7, *States of Africa*, Londres, Lawrence and Wishart, 1997, 223 páginas, com fotos a preto e branco.

Angola. Tudo pela pena de Victoria Brittain, quanto a Angola, e Joseph Hanlon, no referente a Moçambique, e com a bênção de Basil Davidson.

Na mesma onda, mas com base numa leitura mais aprofundada de Marx e de Rosa Luxemburgo, um namibiano considera, na sua brochura *Angola: from Socialism to Liberal Reforms*¹³, que, se as forças externas desempenharam o seu papel no fracasso do projecto socialista, os factores internos foram determinantes. Haverá ainda quem duvide?

Regressamos à religião, mas num espírito ecuménico, com a biografia piedosa de um pastor do Centro de Angola, nascido no Bailundo e morto em 1969 no campo de concentração português de São Nicolau, que visitámos em 1966, quando o regime no campo ainda não se tinha tornado francamente intolerável e mortífero (cf. René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, Orgeval, Éditions Pélissier, 1979, nomeadamente pp. 217-220). O reverendo Dr. Lawrence W. Henderson, autor de *Development and the Church in Angola*¹⁴, era amigo do pastor Jesse Chiula Chipenda e este livro assemelha-se muito às vidas dos mártires que os católicos publicam, com a diferença de que aqui o mártir é um africano morto pela causa do protestantismo e do nacionalismo angolano. Apesar do evidente objectivo edificante, trata-se de um livro importante porque mostra o itinerário do filho de um comerciante polígamo que tudo deve à sua coragem, à sua igreja e à sua inteligência, consegue elevar-se na hierarquia colonial e permanece, todavia, um homem de porte altivo que recusa a colonização. A confrontação com os Portugueses estava eticamente — geneticamente quase — inscrita na sua fé. O capítulo sobre o seu choque com a PIDE e o papel de Henderson para o defender é crucial para compreender algumas das reacções dos actuais Ovimbundu. Uma parte dos líderes da UNITA foram formados nos enclaves protestantes norte-americanos. São resistentes desde a infância. Contra o mundo católico, mas também contra os *cavalheiros* de Luanda, seja qual for a sua religião e a sua cor.

Regressemos às missões católicas em Moçambique. *Franciscanos em Moçambique*¹⁵ é essencialmente um magnífico álbum, sumptuosamente ilustrado, elaborado para comemorar os cem anos de apostolado nas dioceses da Beira, Chimoio, Inhambane, Xai-Xai, com prolongamentos em Maputo, em Pretória e noutros locais. A estrutura do livro consiste, além das mensagens habituais, no desenvolvimento da história de cada missão e paróquia em que

¹³ Alexactus T. Kaure, *Angola: From Socialism to Liberal Reforms*, Harare, Sapes Books (distribuído por African Books Collective, Oxford), 1999, 69 páginas.

¹⁴ Lawrence W. Henderson, *Development and the Church in Angola. Jesse Chipenda the Trailblazer*, Nairobi, Acton Publishers, 2000, 191 páginas, fotos a preto e branco.

¹⁵ David de Azevedo, José António Correia Pereira, Manuel Marques Novo, Américo Montes Moreira, *Franciscanos em Moçambique. Cem Anos de Missão, 1898-1998*, Braga, Editorial Franciscana, 1998, 478 páginas, fotos a cores e a preto e branco, índice.

trabalharam os franciscanos; descreve depois os seus estabelecimentos de formação (os seminários) e, finalmente, fornece uma bibliografia publicada por esses mesmos missionários; a fechar, as notas biográficas dos 238 franciscanos em missão em Moçambique. Na maioria, eram ou são portugueses, mas nota-se uma proporção crescente de africanos. O livro é importante para a história local, nomeadamente para o período de 1974-1998, com os seus mártires e os seus tempos de perturbação. Os índices são bem concebidos. A bibliografia é magistral, sobretudo no que se refere aos textos nas línguas vernáculas, mas por que omite textos franciscanos, descrevendo noutras línguas a obra ali realizada? O belga Dory publicou em francês um livrinho sobre a sua experiência — difícil — em 1902. Não o vemos citado na bibliografia. Em todo o caso, os franciscanos portugueses deveriam ser imitados pelas outras ordens que trabalharam nas antigas colónias portuguesas desde a expansão do século XIX. Carecemos de pormenores sobre cada uma das missões. Os jesuítas têm já obras de grande valor, mas poderíamos citar diversas congregações em que a investigação é insuficiente. Sem falar das igrejas protestantes, em que o panorama vai desde o excelente à franca carência em certos casos. E os missionários deveriam publicar com mais frequência as suas memórias. São quase sempre testemunhos interessantes.

Prova-o Ernesto Gonçalves Costa e a sua *Obra Missionária em Moçambique*¹⁶. Ex-bispo de Inhambane (1962-1974) e da Beira (1974-1976), defende, como é natural, as suas posições, mas dá-nos uma visão centrada sobre a crise que deflagrou nos anos 70 no seio das missões estrangeiras (Padres Brancos, Wiriamu, etc.), que nos elucida sobre algumas reacções da época. Não nos compete aqui imiscuir-nos numa querela político-religiosa, mas à história interessa o seu testemunho, já que ele esteve no centro dos bem conhecidos debates que enfraqueceram consideravelmente a posição de Lisboa face aos seus apoiantes tradicionais. Um segundo livro¹⁷ do mesmo autor agrupa um estudo histórico sobre o grande homem dos missionários portugueses em Moçambique (Sousa Barroso), recordações sobre o período «melindroso» de 1974-1976, o relato de uma visita à Guiné em 1990 e outras coisas mais. Alguns preferem as teorias e os suportes conceptuais que lhes dão a impressão de marcar a sua disciplina. Pela nossa parte, preferimos antes de mais conhecer os documentos e expor todos os pontos de vista. Não será muito prestigioso, mas é uma atitude que resiste melhor aos perpétuos questionamentos. Nestes tempos de «vacas loucas», a sacralização dos gurus (ou dos ruminantes) parece-nos um exercício de validade cada vez mais ameaçada. E por vezes mesmo perigoso para o espírito.

¹⁶ Ernesto Gonçalves Costa, *A Obra Missionária em Moçambique e o Poder Político*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, 159 páginas, fotos a preto e branco.

¹⁷ Id., *Chamados à Missão e Desenvolvimento Integral do Homem*, Braga, Editorial Franciscana, 1996, 173 páginas, fotos a preto e branco.

Regressemos aos italianos com uma enérgica mulher de fé, a irmã Dalmazia Colombo, que, com mais de trinta e cinco anos em Moçambique — sobretudo entre os Macua —, ensina agora Ética Social na Universidade Católica de Nampula. Como num volume precedente, trata-se, no seu *Mozambico*¹⁸, de cartas enviadas entre 1990 e 1998. Descreve, portanto, as consequências dos horrores da guerra civil, a partir de Pemba e de Maputo, a paz, as eleições, uma viagem de Pemba a Lichinga em 1995 (pp. 108-113), a sua universidade, etc., sem se esquecer de reactivar as redes de apoio que na Itália alimentam financeiramente as suas actividades. É simples, terra a terra e, por vezes, divertido. Ainda no sector da literatura optimista, passamos a registar um documento curioso: a autobiografia de um moçambicano (macua), nascido em 1975, que atravessou, desde 1982 até à paz, a guerra no Norte, em parte na Escola Industrial de Carapira (Centro de Formação Profissional). Aos 12 anos vê-se entre os soldados e os guerrilheiros, mas o nosso herói consegue emigrar para Itália, onde é ajudado por uma organização caritativa católica. *Si è fatto giorno*¹⁹ é um texto que vale apenas pela visão da guerra transmitida por um adolescente. Que neste caso parece ter tido a sorte de não ter ficado gravemente traumatizado pela guerra. Sorte que não coube a todos, como testemunha um trabalho que nos parece reservado aos psicólogos e aos especialistas da saúde mental das vítimas dos conflitos em África. É sintomático ler que, no relatório intitulado *Schnelle Eingreiftruppe «Seele»*²⁰, o essencial dos capítulos redigidos pelos especialistas se baseia nas suas experiências de reeducação de crianças desestruturadas em Moçambique e Angola e tratadas por associações ou organizações financiadas pelo exterior. Calixto, de 14 anos, ex-soldado da RENAMO, declara: «Quem não quisesse combater era abatido» (p. 71). Ser privado de sonhos aos 15 anos e tentar tratar os que vivem mergulhados no pesadelo tornam irrisórias muitas das querelas entre «vacas sagradas» e *mâitres à penser* e, com maioria de razão, entre um poder e uma oposição que se «esqueceu» da sua responsabilidade na alienação das suas crianças-robôs-assassinos.

Para terminar por agora com a África lusógrafa, acrescentemos-lhe um apêndice hispanófono, tendo em conta que é demasiado modesto, em grandiosidade, para fazer sombra à lusofonia, mesmo que o petróleo venha um dia a tornar tensas as relações entre os expansionistas Fang no poder em Malabo

¹⁸ Dalmazia Colombo, *Mozambico. Insieme verso il futuro*, Bolonha, Editrice Missionaria Italiana, 1999, 191 páginas, fotos a cores e a preto e branco.

¹⁹ Jacinto Vahocha, *Si è fatto giorno. Storia di un ragazzo del Mozambico che partì per l'Italia*, Bolonha, Editrice Missionaria Italiana, 2000, 93 páginas, fotos a preto e branco.

²⁰ Colectivo de autores, *Schnelle Eingreiftruppe «Seele»: auf dem Weg in die therapeutische Weltgesellschaft. Texte für eine kritische «Trauma-Arbeit»*, Frankfurt am Main, Medico International, 2.^a ed., 2000, 95 páginas, fotos a preto e branco.

(ex-Santa Isabel de Fernando Pó) e os seus vizinhos de São Tomé, «inserir» no arquipélago equatorial. Limitemo-nos, pois, a assinalar ao leitor eventualmente interessado no que se passa ao largo de São Tomé (tanto a norte como a sul) que pode ler o enésimo texto de Max Liniger-Goumaz, o qual, no seu novo livro²¹, prossegue a luta para denunciar a ditadura de um clã de Rio Muni que, com o apetite aguçado pelo ouro negro, poderia olhar com malevolência esta «república sem perfusão» que o separa da ilha de Anno Bom, onde estranhas coisas acontecem.

Mas basta de especulações estratégicas. Voguemos agora para outras ilhas extra-africanas. Seremos breves no que respeita a Macau, contentando-nos em registar que nunca se publicou tanto nesta derradeira parcela do império como no decurso dos últimos vinte e cinco anos da presença portuguesa, aliás simbólica desde 1966-1967. Foi, provavelmente, uma tentativa para recuperar o tempo perdido antes que chegasse a hora da retirada de 19 de Dezembro de 1999. Para os que quiserem tomar a temperatura do trimestre que antecedeu esta data recomendamos calorosamente a reportagem de José Pedro Castanheira *Macau*²². Dia após dia, de 11 de Setembro a 20 de Dezembro de 1999, descreve e analisa uma multidão de aspectos macaenses que ainda não tínhamos encontrado agrupados num só livro. Desde a imprensa lusófona à ágora, às pontes, às escolas, à criminalidade, às artes, à política, ao futuro da comunidade macaense, à história, aos refugiados, à antropofagia praticada em 1941 (p. 135), aos cemitérios, aos livros chineses sobre Macau, à convivência (ou à sua ausência), enfim, uma miríade de assuntos, entre os quais figuram retratos de portugueses metropolitanos enraizados em Macau e outros, chineses biologicamente puros que preferem partir para se instalarem em Lisboa. Macau nunca foi uma colónia portuguesa, o que explica, em parte, que a retirada de 1999 se tenha efectuado com dignidade. As fotografias são notáveis. Enfim, um segundo êxito na especialidade macaense do autor.

Ainda no terreno da imprensa centrada sobre Macau, mencionemos um trabalho universitário muito aprofundado que pela primeira vez estuda a formação e a expressão da opinião pública macaense através de uma dezena de periódicos locais no início do liberalismo. Este livro dirige-se aos especialistas na matéria — o que não somos —, mas parece constituir uma base exemplar que deveria ser prosseguida para se conhecer um pouco melhor a história de Timor, que, no índice deste volume, não figura uma única vez.

²¹ Max Liniger-Goumaz, *Guinea Ecuatorial. La democratización nguemista sin cambios*, Madrid, Editorial Claves para el Futuro, 2000, 272 páginas.

²² José Pedro Castanheira, *Macau: Os Últimos Cem Dias do Império*, Lisboa e Macau, Publicações Dom Quixote e Livros do Oriente (edição patrocinada pela EDP — Electricidade de Portugal), 2000, 347 páginas, fotos a cores e a preto e branco.

E, como José Augusto dos Santos Alves²³ é um jovem professor, por que não lançar um ambicioso, mas não irrealizável, projecto de apuramento da imprensa portuguesa dos dois últimos séculos para que possamos, finalmente, utilizar as dezenas de milhares de artigos nela contidos sobre as colónias e o ultramar português? Sabe-se que existem, mas, por falta de índices anotados, ninguém sabe onde. Um trabalho de equipa, de dez a vinte pessoas, permitiria levar a cabo esta tarefa gigantesca, agora facilitada pela informática.

Por fim, aportemos a Timor, acerca do qual se publica a uma cadência tão desenfreada que o crítico se pergunta se existirá realmente um público insuspeitado para estas dezenas de títulos, editados sobretudo em Portugal e na Austrália, dois países com uma pesada responsabilidade no drama timorense. Impõe-se com nitidez a comparação entre a florescência de livros espanhóis (inclusive em catalão) publicados sobre o Sara Ocidental depois de 1975 e as vagas de tinta que irrigam Timor a partir de Portugal. Em ambos os casos, o que motiva os autores das duas antigas metrópoles ibéricas é a abertura democrática e, sobretudo, o sentimento de culpabilidade perante povos que abandonaram aos apetites de Estados vizinhos e hegemónicos. Acrescente-se uma guerra pela independência e uma repressão neocolonialista (genocida, no caso de Timor) e teremos ingredientes suficientes para encher a montra de uma livraria. Mas qual é a originalidade e a qualidade em tudo isto? Encontramo-las aqui ou além, mas não enganemos o leitor: os escritos de propaganda ou de indignação raramente se casam com a literatura científica.

Os etnólogos e os museus são quem está mais ao abrigo das acusações de superficialidade e de inutilidade. A este respeito, na sua preocupação de intemporalidade, *Povos de Timor, Povo de Timor*²⁴, catálogo trilingue de uma exposição de 1989 realizada no Museu de Etnologia de Lisboa, fala-nos de um tempo e de ritos que o rolo compressor indonésio decerto laminou ou desnaturou. Irremediavelmente? Não o sabemos. O texto é bastante técnico, mas as fotografias são compreensíveis para os profanos: tecelagem, olaria, agricultura, caça, danças, casamentos, funerais, etc. — o abecedário de qualquer etnólogo que se respeite.

No registo da militância e da sensibilização do grande público, o texto de António Barbedo de Magalhães²⁵ atinge perfeitamente o objectivo: fazer reagir a população portuguesa, oferecendo-lhe elementos claros e simples sobre o nacionalismo indonésio e, em especial, sobre a «nova ordem» dos militares, aplicada em Timor com a brutalidade que se conhece. Este livro

²³ José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Macau. A Imprensa Macaense na Terceira e Quarta Décadas do Século XIX*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, 430 páginas, índice.

²⁴ Colectivo de autores, *Povos de Timor, Povo de Timor: Vida, Aliança, Morte*, Lisboa, Fundação Oriente e Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, 167 páginas, fotos a cores e a preto e branco.

²⁵ António Barbedo de Magalhães, *Timor Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*, Lisboa, Fundação Mário Soares, Gradiva—Publicações, L.^{da}, 1999, 183 páginas.

não deve ter muitos concorrentes em português porque os especialistas da Indonésia parecem ser raríssimos tanto no Brasil como em Portugal. A abordagem do confronto entre dois nacionalismos, um javanês, cheio de desprezo pelos «atrasados» das ilhas orientais, o outro balbuciante e alérgico às pressões externas, tem o mérito de ser nova em português.

Para o livro de Geoffrey C. Gunn²⁶, a necessidade de dispor de uma história geral séria força-nos a ser exigentes com este trabalho, aliás importante. É um australiano «orientalizado», professor de relações internacionais no Japão e, anteriormente, em países como o Laos (sobre o qual escreveu um livro), Singapura e Brunei. Conhece o indonésio e visitou Timor várias vezes, a partir de 1967. Tem igualmente um livro sobre o Camboja e um outro sobre Macau. Dispõe, portanto, de vantagens que faltam a outros especialistas em Timor, inclusive nós. As críticas que podem fazer-se-lhe são, todavia, numerosas, a começar pela ausência de bons mapas e por um número extraordinário de erros, tanto em inglês (pp. 43, 55, etc.) como em português, francês e holandês, sobretudo nos topónimos, sujeitos a uma ausência de harmonização extremamente lastimável. Exemplos: Laculo por Lacló, Montael por Motael, Saran por Sarau, Savir por Sanir. A toponímia de Timor é um verdadeiro quebra-cabeças. Mais uma razão para um autor não agravar a dificuldade da leitura, levando-nos a crer que uma gralha numa fonte anterior introduziu uma aldeia «fantasma». Somos muitas vezes levados a deduzir que se trata de localidades diferentes das actuais, quando, na realidade, Batugede é simplesmente Batugadé, etc. Também o índice não é fiável. O autor centra-se demasiado na opinião dos predecessores, aos quais atribui por vezes qualificações que eles nunca reivindicaram. Por exemplo: a jornalista militante Jill Jolliffe nunca pretendeu ser uma historiadora (p. 76). O mesmo quanto a um politólogo francês citado e a um autor timorense bastante ligeiro que se contentou em engolir Luna de Oliveira e voltar a escarrá-lo em tons de vermelho sangue envolto numa saliva nacionalista e marxizante (na época da redacção). Em nossa opinião, C. Gunn, embora utilizando fontes muito ricas, não as confrontou nem as assimilou suficientemente. Valoriza demasiado os aspectos económicos de Timor quando, na prática, não dispomos de estatísticas anteriores ao século XIX e as trocas externas são secundárias. Esforça-se igualmente por dar um panorama social, mas sem ter o cuidado de o matizar de acordo com as épocas. Passa-se de chofre (pp. 130-131) de 1883 para 1893-1894. Usa a abordagem do sociólogo e do politólogo quando o livro pretende ser a *história* de uma metade da ilha *durante quinhentos anos*. Mas, mesmo no seu terreno, o seu cavalo de batalha sociológico estrebucha por falta de documentação. Ele, que, afinal, queria dizer-nos em que consiste a identidade

26 Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae: 500 Years*, Macau, Livros do Oriente, 1999, 325 páginas, fotos a cores e a preto e branco, índice.

timorense, estuda a sociedade apenas a partir do período de entre guerras (depois da grande revolta). Antes disso não tem grande coisa sobre o assunto, o que não é de estranhar, visto que lhe faltam os textos e tem a honestidade de não fazer extrapolações retroactivas, como lamentavelmente alguns antes dele fizeram.

Esta crítica pode parecer bastante severa, partindo de um autor (René Pélissier, *Timor en guerre. Le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Orgeval, Éditions Pélissier, 1996, 368 páginas, 5 mapas) que ele cita abundantemente e lhe forneceu a matéria factual de quatro capítulos do seu livro — mas não, seguramente, a parte «teórica», porque antes de 1913 nada havia para «teorizar» em matéria de capitalismo colonial em Timor, para além da pura e simples cupidez de alguns administradores coloniais e dos empresários chineses e europeus locais. Para afastar qualquer mal-entendido, resumamos, pois, o nosso pensamento, dizendo que: (1) este livro, juntamente com o de um sueco (G. Jannisa, *The Crocodile's Tears. East Timor in the Making*, Lund, Dept. of Sociology, Lund University, 1997, 328 páginas), que, infelizmente, não utilizou, é o único a tentar dar uma visão global da história e da actualidade timorense; (2) é o único a incorporar na sua organização e nos seus desenvolvimentos elementos ausentes noutros (inclusive, naturalmente, na nossa história militar da implantação portuguesa); (3) é o único a estudar com profundidade a economia e a administração portuguesa depois de 1913, a influência cultural das missões, o período japonês, a reconstrução e a rebelião de Viqueque (1959); (4) este livro — caso fosse corrigido atentamente e desembaraçado de algumas reverências perante certas «vacas sagradas» que, na realidade, nada têm que ver com o passado e o futuro de Timor — faz progredir de forma assinalável o nosso conhecimento da ilha. Continuamos, todavia, sem saber por que razão Timor Ocidental não se solidarizou com o seu vizinho oriental, quando as fronteiras políticas, étnicas e linguísticas não são coincidentes. Escrevemos em 1995-1996 que uma história completa de Timor tal como desejaríamos é impossível (os arquivos foram queimados, destruídos ou ocultados por diversas vezes). Continuamos a pensá-lo. Mas Gunn preencheu diversas lacunas embaraçosas, o que já é muito quando se compara com o que foi e é publicado sobre a história deste desgraçado país.

Com John G. Taylor²⁷ as coisas são claras: ele faz história contemporânea empenhada ao lado dos independentistas. Dito isto, o seu livro, que vai na 2.^a edição (actualizada até ao fim de Setembro de 1999), é um requisitório implacável, minuciosamente documentado, contra os militares indonésios e as suas milícias. Em relação à 1.^a edição, lemos com proveito as 37 páginas de introdução, que nos conduzem do massacre de Santa Cruz à ignóbil

²⁷ John G. Taylor, *East Timor: The Price of Freedom*, Londres, Zed Books, 1999, xxxvii-248 páginas, mapa, índice.

deportação de 200 000 pessoas e à devastação de Díli pelos partidários da ligação com a Indonésia. Pela primeira vez, a presença de 400 jornalistas estrangeiros e, logo depois, de 8000 soldados da ONU projecta Timor na cena internacional de forma duradoura. Decididamente, Jacarta não foi mais feliz do que Lisboa na sua descolonização, mas, melhor ou pior, houve, mesmo assim, um referendo, com 78% e mais a favor da independência. O que hoje ainda espanta é que quase 22% tenham votado contra. Quem eram e por que preferiram um poder odiado pela maioria? A divisão da sociedade timorense, eis um elemento a tomar em conta através dos séculos.

*Timor-Oriental*²⁸, de Alexandre Messenger, é o livro de um jornalista e escritor francês em missão durante dois anos em Jacarta. Denuncia a «hipocrisia das diplomacias ocidentais e o disfuncionamento das Nações Unidas». É um trabalho para o grande público, visto que não há leitores para livros franceses de investigação da história de uma ilha que não diz grande coisa aos francófonos. Messenger fustiga, como os seus predecessores, os militares indonésios e denuncia mais uma vez os seus crimes. A mesma atitude e motivações nos juristas reunidos pela Fundação Humberto Delgado para lutar contra a impunidade de que gozam os autores de extermínios e outras atrocidades. *De Pinochet a Timor Lorosae*²⁹ reúne algumas comunicações, duas das quais muito breves sobre Angola e Timor, a primeira realista e incisiva, a segunda de um militante timorense, completada por uma cronologia sumária sobre Timor (1974-Outubro de 1999).

Mais ambicioso na sua vontade de conceptualizar o terror instaurado pelos Estados, *Death Squad*³⁰ contém um impressionante capítulo de George J. Aditjondro sobre os métodos terroristas utilizados pelos indonésios em Timor. Distribui-os por cinco categorias e analisa-os de forma subtil e convincente. Ficamos a saber coisas inesperadas sobre a influência da Mossad israelita e dos *ninjas* do MPLA nas actividades repressivas dos indonésios. O autor é um democrata indonésio exilado numa universidade australiana no momento da redacção do seu trabalho.

Em 1999, o exército indonésio foi forçado a retirar-se, humilhado, pela vontade popular de «selvagens» que viera «civilizar» a tiro em 1975. E os australianos estavam em posição privilegiada para constatar o atoleiro que as hesitações da sua política contribuíram para alimentar ao longo dos últimos vinte e cinco anos. *Guns and Ballot Boxes*³¹ é constituído, nomeadamente,

²⁸ Alexandre Messenger, *Timor-Oriental: non-assistance à un peuple en danger*, Paris, L'Harmattan, 2000, 222 páginas.

²⁹ Colectivo de organizadores, *De Pinochet a Timor Lorosae. Impunidade e Direito à Memória*, Lisboa, Edições Cosmos e Fundação Humberto Delgado, 2000, 232 páginas.

³⁰ Jeffrey A. Sluka (coord.), *Death Squad. The Anthropology of State Terror*, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, x-260 páginas, índice.

³¹ Damien Kingsbury, *Guns and Ballot Boxes. East Timor's Vote for Independence*, Clayton (Austrália), Monash Asia Institute, Monash University, 2000, xi-201 páginas, mapas.

por um conjunto de textos produzidos por activistas e universitários australianos e neozelandeses e por um jornalista indonésio que organizaram ou observaram no terreno o referendo de 30 de Agosto. Os seus depoimentos são os de testemunhas oculares. Referem a política em Díli e nas aldeias, as tentativas das milícias e do exército para manipular ou falsear a consulta, os assassinios, violações, incêndios e destruições, a criação de um problema de refugiados (inteiramente premeditado pelo alto comando) e o papel da Missão de Assistência das Nações Unidas (UNAMET). Encontramos aí muita informação sobre a preparação da campanha «eleitoral», os ajustes de contas, as FALINTIL (a guerrilha da resistência nacionalista), as forças indonésias, o florescimento dos partidos, a UNAMET, as milícias, etc. Para o historiador são perturbadoras algumas analogias com o caos da «descolonização exemplar» de 1974-1975 em Angola. Outras fazem lembrar Moçambique em 1992-1994.

Outras testemunhas, estas profissionais, quatro jornalistas portugueses, contam no seu *Timor*³² o que foram os dias de horror após o referendo e os ataques das milícias a Díli. «Entregar a segurança nas mãos dos indonésios é como dar ao lobo a chave do galinheiro» (p. 47). O relato é por vezes cómico (a retirada dos jornalistas, o pânico da UNAMET, etc.), mas quase sempre dramático, e o livro completa bem o anterior. São muitas batalhas, mas, uma vez que a Igreja católica é um dos elementos — tardio mas coagulador — da identidade timorense, terminemos este texto, não com Balibó, mas como o queríamos começar, isto é, com as batinas. No caso, as do primeiro bispo católico em todo o mundo a ter recebido o Nobel da Paz (em 1996, em conjunto com José Ramos-Horta), recompensa mais do que simbólica para um pequeno país martirizado como foi Timor Leste. O eco deste gesto foi, provavelmente, maior do que o da recepção papal, noutros tempos, a alguns nacionalistas africanos que combatiam Portugal. Em ambos os casos tratava-se de chamar a atenção para uma causa que só moderadamente interessava à opinião internacional. Como estas guerras subversivas são ganhas tanto ou mesmo mais nas salas de redacção dos jornais e televisões — e, muito acessoriamente, nas livrarias — do que nos campos de batalha, não é de estranhar que haja já a registar duas biografias deste bispo prudente, simpático e hábil conciliador num país devastado pelos ódios internos e pelo desprezo externo.

De Georg Evers e do seu livro³³ diremos que visam, acima de tudo, os católicos germanófonos que até 1996 ignoravam o que se passava nesta ilha.

³² Hernâni Carvalho, Jorge Araújo, José Vegar, Luciano Alvarez, *Timor. O Insuportável Ruído das Lágrimas*, Porto, Campo das Letras, 2000, 151 páginas.

³³ Georg Evers, *Carlos Belo. Stimme eines vergessenen Volkes*, Friburgo (Alemanha), Herder, 1999, 159 páginas, uma fotografia a preto e branco.

Desenvolve, pois, generalidades, o papel da Igreja, o erguer de uma estátua-farol de Jesus (com 27 metros de altura) na baía de Díli, as tomadas de posição do bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, etc. Trata-se de uma introdução. Muito diferente é a biografia à americana — isto é, que diz «tudo» sobre a personagem, a sua família, a sua acção, a sua importância — do mesmo Ximenes Belo redigida pelo jornalista Arnold S. Kohen³⁴. Aí, de facto, reconhecemos que nenhuma outra personalidade dos PALOP e até talvez de Portugal contemporâneo, a não ser Salazar, beneficiou de um tratamento tão minucioso. Kohen é um furão que segue todas as pistas, penetra em todas as tocas, consulta toda a gente, introduz-se em todo o lado. Contribuiu mesmo para a atribuição do prémio Nobel ao seu herói! O leitor já terá compreendido que a empatia e a militância pró-timorense são as duas características deste grande e belo trabalho. O estilo é tão vivo que devoramos de um só trago episódios que, relatados por outro, se tornariam triviais ou insípidos. Há, sem dúvida, erros históricos (talvez devidos ao facto de o autor nunca ter lido o nosso *Timor en guerre*, já que o francês deve ser algo semelhante ao aramaico entre os timorianistas da tendência activista), mas deixemos isso de parte para dizer que Kohen nos oferece uma tal torrente de informações sobre o itinerário e os antepassados do bispo (filho de um catequista makassae e de mãe waima'a) que o historiador se sente subjugado. Este livro de jornalista é uma lição para os etnólogos, os historiadores e os politólogos encartados. Em resumo: ao levar o relato até Setembro de 1999, Kohen não se limitou a erguer a estátua de um dalai lama timorense olhando de alto as pobres realidades de uma semi-ilha devastada. Escreveu um dos melhores livros sobre Timor actual. Agora falta-nos ver como a independência se organiza, na esperança de que os homens de paz levem a melhor. Observamo-los.

522 ³⁴ Arnold S. Kohen, *D. Ximenes Belo. Por Timor*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, 331 páginas, um mapa, fotos a preto e branco.